NOTA TÉCNICA

A Internacionalização das Empresas Chinesas*

Luciana Acioly**
Maria Abadia S. Alves***
Rodrigo Pimentel F. Leão****

www.ipea.gov.br

---

* Texto baseado na pesquisa "internacionalização das empresas brasileiras" em andamento na Coordenação de Estudos das Relações Internacionais e do Desenvolvimento (CERID/DICOD/IPEA).

** Pesquisadora do IPEA na Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento (Dicod)

*** Bolsista do IPEA na Dicod, pós-doutoranda em Políticas Públicas e Governo pela EAESP-FGV.

**** Bolsista do IPEA na Dicod, mestrando em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP

INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica tem como objetivo descrever em termos sumários o processo recente de internacionalização das empresas chinesas, quanto as suas características e principais medidas de políticas formuladas para apoiar esse processo. Trata-se da apresentação dos resultados preliminares da pesquisa "Internacionalização das Empresas Brasileiras" ainda em andamento no âmbito da DICOD.

As teorias clássicas de internacionalização produtiva não são capazes de explicar plenamente este processo na China[1]. Neste país, a internacionalização é fortemente comandada pelo Estado e só a partir das mudanças políticas e institucionais recentes pode ser mais bem compreendida. A partir de 2002, com a instituição da política *"Go Global"* o Estado chinês passou a oferecer uma série de incentivos às empresas internacionalizadas, além de facilitar o processo administrativo para a realização dos investimentos. A observação das características gerais dos investimentos chineses no exterior também permite argumentar que as motivações para internacionalizar vão além das de cunho puramente comercial, passando pela questão da sustentabilidade do balanço de pagamentos até mesmo objetivos de cunho geopolíticos.

1. TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

Entre as décadas de 1980 e 2000, a economia mundial passou por diversas transformações que podem ser observadas pelos movimentos na taxa de crescimento econômico nos mais diversos países, como indica a Tabela 1 (Anexo I). Na primeira década (1980-89) observou-se expansão da economia mundial em cerca de 3% com destaque para os países asiáticos e EUA. Na década seguinte, os países em desenvolvimento da Ásia foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento, sendo a China seu principal representante (média de 10%). Entre os países desenvolvidos, apenas os EUA alcançaram razoáveis níveis de crescimento do PIB (média de 3,1%), Japão e União Européia estiveram praticamente estagnados, principalmente o primeiro país. Por fim, no atual decênio a América Latina e o Caribe, além da Ásia, é que lideram o crescimento da economia mundial, sendo este último grupo de países o grande protagonista.

Isso significa que o movimento de ampliação desde esta década até 2007 foi puxado particularmente pelos países em desenvolvimento, a saber: até 2007, o sul da Ásia cresceu 6,8%, o Leste Asiático e o Pacifico cresceram 8,8% e a América Latina e o Caribe 3,5%. É neste contexto que foram configurados os movimentos de saída e entrada de investimento direto estrangeiro (IDE), no qual os países em desenvolvimento vem adquirindo maior peso e importância.

Especificamente sobre a internacionalização da produção através do IDE, nota-se um crescimento significativo a partir de meados dos anos 1980, com apenas duas retrações nos períodos de desaceleração da economia mundial ocorridas entre 1991-93 e 2001-2003. Passou de US$ 230 bilhões em 1990 para US$ 1,8 trilhão em 2007[2]. As empresas transnacionais agentes desse processo deram a esse movimento algumas características distintas daquelas verificadas entre o pós-guerra e o início dos 1980, como o redirecionamento do IDE majoritariamente para o setor de serviços e a predominância das operações de fusões e aquisições (incluindo os mega-acordos entre empresas acima

de 1 US$ bilhão) sobre os novos projetos de investimento (*greenfield investment*). Em termos geográficos os fluxos de IDE na década de 1980 concentraram quase que totalmente nos Estados Unidos, Japão e Comunidade Européia, até então. A retomada dos investimentos externos após a recessão de 1991-1992 passou a incorporar um maior número de países em desenvolvimento e a partir de 2000 cresce a presença desses países como realizadores de IDE no mundo.

Fatores como o crescimento sustentado das cinco maiores economias do globo, o surgimento do pólo dinâmico asiático, a ampliação da liberalização da conta de capital, a volatilidade nas taxas de câmbio e de juros associadas ao desenvolvimento dos mercados de títulos alteraram o sentido e as formas assumidas pelos fluxos internacionais de capitais e, por conseguinte as estratégias de investimento e de localização das grandes empresas transnacionais. As mudanças nas finanças internacionais asseguraram um fluxo cruzado de investimentos em ativos rentáveis sem o que se tornaria difícil explicar o volume atingido pelas fusões e aquisições transfronteiras (carro-chefe do crescimento do IDE) durante quase todo o período[3]. Os novos instrumentos de financiamento, ao disponibilizar uma massa global de fundos emprestáveis, garantiram engenharias financeiras inerentes a grandes operações entre empresas. Por outro lado, a ascensão da Ásia como pólo manufatureiro, com altas taxas de crescimento levou a uma reconfiguração da produção mundial e mostrou ao longo das últimas décadas os resultados das diferentes opções de inserção dos países em desenvolvimento no processo de globalização.

2. O INVESTIMENTO DIRETO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: A EMERGÊNCIA DA ÁSIA

Nos últimos três anos, as Corporações Transnacionais (TNCs) contabilizaram, em média, respectivamente, 10%, 16% e 12% dos ativos no exterior, vendas e emprego de todas as corporações do mundo, o que lhes confere um papel chave na reestruturação da economia mundial. Embora essa lista seja composta em sua maioria por empresas dos países desenvolvidos, mais recentemente, algumas empresas dos países em desenvolvimento passaram a figurar na lista das 100 maiores TNCs não-financeiras do mundo (classificadas pelo valor de seus ativos no exterior sobre o valor dos ativos totais, pela metodologia da UNCTAD).

Conforme apontam os dados da UNCTAD, das 10 maiores transnacionais dos países em desenvolvimento no ano de 2006 (por ativos no exterior), nove são de origem asiática, sendo cinco da China (incluindo Hong Kong) e Coréia do Sul, a saber: *Hutchison Whampoa Ltd.*, *Samsung Eletronics Co.*, *Hyundai Motor Company*, *China International Trust and Investment Corporation* (CITIC) *Group* e *Jardine Matheson Holdings*. A participação da América Latina pode ser considerada pequena, se comparada à Ásia, já que apenas seis empresas da região aparecem na lista das 30 maiores, com destaque para México e Brasil que possuem cinco empresas nesta lista: Cemex S.A., Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás, América Movil e Telefonos de México. Nesta lista, observa-se uma diversificação setorial nas 10 principais empresas, ou seja, não há dominação de nenhum setor especifico, contudo deve-se notar que duas empresas, ambas sul-coreanas, são de equipamentos eletro-eletrônicos.

Sob a ótica perspectiva das vendas ao exterior, observam-se diferenças entre as empresas analisadas. Neste caso, dentre as 10 maiores TNCs, sete são asiáticas (todas

chinesas ou sul-coreanas) e três latino-americanas (duas brasileiras e uma mexicana) e os setores predominantes são de equipamentos eletro-eletrônicos, mineral não-metálico e petrolífero.

Levando-se em consideração os fatores explicitados acima e a Tabela 2 no Anexo I, é possível constatar que China, Coréia do Sul, Brasil e México têm sido as nações líderes do processo de internacionalização das empresas, na Ásia e América Latina, respectivamente.

Este processo de maior internacionalização das empresas dos países em desenvolvimento através do investimento direto externo pode ser observado a partir de três "ondas" de IDE[4]:

Décadas de 1960 e 1980. A maior presença foi das empresas latino-americanas (Argentina, México, Colômbia e Venezuela) e algumas asiáticas (Cingapura, Malásia, Filipinas, Hong Kong, Coréia do Sul e Índia). A motivação principal para a internacionalização era a necessidade de ultrapassar barreiras comerciais e as principais atividades estavam relacionadas aos setores extrativistas e de engenharia e construção civil. Os países vizinhos eram os principais alvos destes investimentos.

De meados dos anos 1980 até os anos 1990. As empresas asiáticas (Hong Kong, Cingapura, Coréia e Taiwan) assumem a liderança desse movimento, cuja motivação principal foi o desenvolvimento de novos mercados. A maioria dos investimentos ocorreu em seguimentos de maior sofisticação tecnológica (TI, eletrônica, automobilística) e visava a exportação e não apenas o mercado interno dos países receptores.

Período recente. Maior diversificação geográfica com o ressurgimento da América Latina e a inclusão da Rússia e da África do Sul. Maiores investidores**:** Hong Kong, Taiwan, Cingapura, Brasil, África do Sul, China, Coréia do Sul, Malásia, Argentina, Rússia, Chile e México. Destinação destes investimentos: global, inclusive para países desenvolvidos, embora ainda predomine a lógica regional. Principais motivações estariam relacionadas ao aumento do poder de mercado, especialmente em recursos naturais e ao aumento no preço de ativos.

Esboçado esse quadro mais geral passa-se a uma análise do processo de internacionalização das empresas chinesas.

3. O INVESTIMENTO DIRETO CHINÊS: UMA CARACTERIZAÇÃO

A consolidação da posição da China enquanto grande realizador de IDE ocorre na terceira onda, descrita acima. Os fluxos de investimento direto chinês no mundo multiplicaram-se por quase 30 vezes entre 1990 e 2007. Os montantes investidos por esse país passaram de US$ 44 milhões em 1982 para US$ 830 milhões em 1990, atingindo em 2007 a casa dos US$ 22,5 bilhões (Tabela 3 no Anexo I). A aceleração desse crescimento foi maior a partir de 2003 e 2004 quando uma série de mudanças na política de incentivos à internacionalização e à simplificação de procedimentos foi implementada[5]. A partir daí os investimentos realizados pela China suplantaram os investimentos no exterior de outros países da Ásia em desenvolvimento, como a Coréia e Cingapura[6] e já em 2007, conforme apontam os dados da UNCTAD, era o segundo maior entre os países em desenvolvimento, depois de Hong Kong. Em termos de estoque, no entanto, em 2006 a China respondia por apenas 0,6% (US$ 75 bilhões) do estoque de IDE mundial.

Em termos de investimentos diretos acumulados, o Gráfico 1 do Anexo II comprova que o investimento chinês no exterior quando comparado aos outros países do BRIC e à África do Sul ocupa o segundo lugar depois da Rússia entre 2000 e 2007. Na década de 1990 sua liderança foi inconteste.

Esse desempenho da China está relacionado à agressividade da internacionalização de suas empresas amparadas por políticas de incentivos. Na Tabela 4 (Anexo I) são apresentadas as cinco maiores empresas transnacionais chinesas (excluindo as empresas de Hong Kong) por volume de ativos estrangeiros no ano de 2006[7] que correspondem ao núcleo deste processo de internacionalização. Sobre essas empresas, vale ressaltar, que todas são de propriedade estatal. Em relação aos setores que elas atuam nota-se certa diversificação: duas são petrolíferas, uma atua predominantemente no setor financeiro, uma atua no setor de transporte e outra no setor de construção civil[8].

Dentre as empresas citadas na tabela, a mais internacionalizada é a CITIC *Group*, fundada em 1979 se tornou a maior corporação transnacional do país. Atualmente, possui 44 subsidiárias financeiras no exterior, sendo que os principais mercados de atuação são Hong Kong, EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. A empresa ainda tem escritórios de representação em Tóquio, Frankfurt e Nova Iorque. O principal setor de atuação da empresa é o financeiro, visando patrocinar o desenvolvimento da indústria e de serviços industriais.

De acordo com a UNCTAD, a empresa tinha em 2006 US$ 17 bilhões de ativos no exterior (15% do total de ativos da empresa). Em termos de vendas no mercado internacional, a empresa é a que apresenta o menor valor com US$ 2 bilhões, cerca de 25% do total de vendas. Os empregos gerados no exterior também são significativos: cerca de 18 mil (17% do total).

O segundo conglomerado com maior volume de ativos no exterior em 2006 é *China Ocean Shipping Group Company* (COSCO) que atua no ramo de transportes marítimo e atividades afins. Fundado em 16 de fevereiro de 1993, o Grupo Cosco incorpora outras três grandes companhias: *China Ocean Shipping Agency*, *China Marine Bunker Supply Company* e *China Road Transportation Company*. Além disso, o Grupo é formado por mais oito subsidiárias que operam mais de 600 navios em 1100 portos de 150 países. Os principais mercados que a empresa está presente são Ásia e Europa, com destaque para Alemanha, Cingapura e Tailândia.

Os mesmos dados da UNCTAD mostram que a COSCO tinha US$ 10 bilhões de seus ativos no exterior em 2006, o que significava 55% do total. As vendas no exterior foram de US$ 8 bilhões (também 55% do total). O total de empregos no exterior era de apenas quatro mil, meros 6% da força de trabalho empregada pela empresa. Ou seja, a COSCO apesar de concentrar suas atividades no exterior, tem grande parte de sua força de trabalho na própria China.

Numa posição abaixo da COSCO vem a *China State Construction Engineering Corporation* (CSCEC). A empresa criada em 1982 atua principalmente no planejamento, desenvolvimento de projetos, design e gestão do setor de construção civil. Em 2002, a gigante chinesa era 16ª colocada entre as maiores empreiteiras do mundo, segundo o jornal *Engineering News-Record* (ENR). Os principais países que o conglomerado participa estão concentrados na Ásia e África, a saber: Cingapura, Coréia do Sul, Namíbia, Filipinas, Tailândia, Botswana, Algeria e Hong Kong.

Apesar de estar numa classificação abaixo da CITIC e da COSCO, a empresa tinha em 2006 um volume importante de ativos no mercado externo: mais de US$ 6 bilhões, que representava 43% do total de ativos da empresa. As vendas e a geração de empregos no exterior foram percentualmente inferiores (em relação ao total de ativos estrangeiros), mas ainda assim significativos: 24% (US$ 4 bilhões de vendas) e 21% (25 mil empregados), respectivamente.

Na mesma classificação da UNCTAD, a quarta empresa mais internacionalizada era a *China National Petroleum Corporation* (CNPC). A petrolífera estatal, fundada em 1988 e que desde 1993 opera no mercado estrangeiro, realiza a exploração e produção de gás e petróleo e também o transporte dos combustíveis. Como um dos principais fornecedores mundiais de serviços de petróleo, engenharia e construção, a CNPC é especializada em todos os campos de exploração, desenvolvimento, refino, química, prospecção geofísica, perfuração, produção de testes e engenharia do setor. Não por acaso, os países que a empresa tem subsidiárias são grandes produtores de petróleo, localizados principalmente no Oriente Médio, África e Ásia. Dentre todas as empresas presentes na tabela, a CNPC é que apresenta a menor porcentagem de ativos, vendas e empregos no exterior. Em todos os itens, essa porcentagem não ultrapassa 5%, ou seja, a concentração das atividades e da geração de empregos está na China. Ainda assim, é interessante notar que a empresa tem US$ 6 bilhões de ativos e 22 mil empregos no exterior.

Na quinta e última posição está a *Sinochem*. A estatal chinesa que atua no setor petrolífero e químico apresentava em 2006 US$ 5 bilhões de ativos estrangeiros, cerca de 60% do total de ativos da empresa. As vendas no exterior totalizavam US$ 19 bilhões e 82% das vendas gerais e o volume de empregos criados no mercado internacional era insignificante, cerca de 1% do total.

Em suma, podemos descrever algumas tendências observadas no processo de internacionalização das empresas chinesas: em primeiro lugar, as corporações empregam pouco no exterior, ou seja, a força de trabalho se concentra predominantemente na China. Em segundo lugar, as vendas no exterior já assumiram proporções significativas no faturamento dessas empresas, já que pelo menos ¼ do total de suas vendas são realizadas no exterior (com exceção da CNPC). Por fim, as gigantes chinesas concentram suas atividades nos setores de infra-estrutura e de petróleo, fato que comprova os papéis estratégicos que elas realizam para o desenvolvimento da economia chinesa e seu posicionamento no mercado externo. No caso do petróleo, por exemplo, o alto investimento do Estado chinês está relacionado à necessidade de recursos naturais e de energia que o país demanda para manter o ritmo atual de desenvolvimento.

Dessa forma, do ponto de vista das características setoriais, a relativa escassez de recursos naturais no território chinês fez com que os investimentos nestes recursos se tornassem numa opção lógica, como indicado. Nos anos recentes a China se empenhou numa política agressiva de investimentos externos tipo *Ressouce Seeking* (orientado para recursos naturais), capitaneada por grandes empresas estatais destes setores. O Box 1, traz alguns dos principais investimentos recentes feitos por empresas chinesas nestes setores. Além disso, mostra os principais setores de destino do IDE chinês.

Dentre os setores que a China realiza investimentos no exterior, o setor de serviços, com destaque para o financeiro, foi o principal alvo destes investimentos, alcançando 45,4% do total realizado em 2006[9]. O setor manufatureiro é o que tem recebido um fluxo

menor de investimentos chineses, sendo responsável, em 2006, por apenas 5% do total. O Box 2 traz alguns investimentos importantes feitos neste setor.

Em relação às formas de entrada no mercado externo, as modalidades de investimento mais comuns das empresas chinesas no exterior são através do estabelecimento de subsidiárias e de *joint-ventures*, apesar de que, recentemente observa-se um crescimento do uso de fusões e aquisições como forma de entrada em outros países (Gráfico 2 – Anexo I). O fluxo de IDE chinês através das operações de fusões e aquisições cresceu de US$ 60 milhões em 1990 para mais de US$ 15 bilhões em 2006, caindo para US$ 4,5 bilhões em 2007[10]. Sua presença nos investimentos internacionais através dessas operações, em relação ao outros países do BRIC e à África do Sul, tem sido crescente, mas não dominante. Assim entre os períodos 1990-2000 e 2005-2007, a participação da China no conjunto das aquisições feitas por esses países chegou a dobrar (de 2,3% para 6%), mas a do Brasil triplicou (3% para 9%) e a da Índia multiplicou-se por 10 (0,6% para 6%). Apenas a África do sul perdeu participação nesse grupo: de 10,4% para 6,4% (Gráficos 3 e 4 – Anexo II).

Box 1: Exemplos de IDE chinês em recursos naturais

- A *China National Petroleum Corporation* (CNPC), *China Petroleum & Chemical Corporation* (SINOPEC), *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) e outras empresas chinesas investiram em 139 projetos em 30 países com mais de US$7 bilhões.

- A *China Minmetals Corporation* (CMC) comprou 25% da *Chili GABY Copper Mine*. O investimento inicial foi de US$550 milhões e poderá chegar a US$2 bilhões. A CMC investe em ferro no Brasil e em urânio na Austrália.

- No início da década de 90 a *China's Capital Steel Corporation* comprou 98.4% da *Peru's Iron Ore Corporation.* A *Bao Steel Corporation* firmou cooperação com a Vale do Rio Doce do Brasil em 2001, e com a Australiana *Hamersley Iron Ore Co. Ltd* (subsidiária da Rio Tinto) in 2002. A *Wu Steel, Tang Steel, Ma Steel* e *Sha Steel* firmaram uma *joint venture* com a *Australia's Brokenhill-Biliton Corp.* O objetivo desses investimentos foi garantir o suprimento de minério de ferro. As siderúrgicas chinesas produziram 400 milhões de toneladas de aço em 2006, mais de 30% do consumo mundial.

Fonte: Yang e Teng (2007)

Box 2: Exemplos de IDE chinês no setor secundário

- A Zona de Comércio na cidade fronteiriça Russa de Ussuriysk recebeu 60 empresas chinesas nos setores de manufatura de couro (calçados, bolsas, jaquetas) e de material eletrônico.

- Em novembro de 2004, o *Shanghai Automobile Group* (SAG) comprou 48.9% da *Ssang Yong Motor Company*, a quarta maior automobilística da Coréia do Sul, ao preço de meio bilhão de dólares.Esta foi a primeira compra de uma empresa automobilística pela China, no exterior.Em 2005, a SAG comprou a *Rover's IP* (para a fabricação de dois modelos de carros) por £ 67 milhões mas perdeu as fábricas da companhia chinesa *Nanjing Automobile Group (NAG*) para *a MG Rover and Rover's* do Reino Unido a um preço de 50 milhões de libras.

-Em 2003-2004, a TCL (eletrônica) fundiu com a gigante da *Thomson* (televisão) operação de 450 milhões de Euros. TCL também estabeleceu uma *joint venture* com a francesa *Alcatel* (celulares) para entrar no mercado europeu. Em 2004 -2005 a *Lenovo* investiu 1,75 bilhões de Euros em sua fusão com o a IBM.

- Em 2005, outra gigante chinesa do ramo da eletrônica *Haie*r falhou na sua tentativa de se fundir com a *American Metec*.

-A maior fabricante de equipamentos de telecomunicações *Huawei* tem expandido agressivamente suas operações nos países em desenvolvimento nos últimos anos.

Fonte: Yang e Teng (2007)

Estas operações são usadas especialmente em setores de tecnologia e comunicação e recursos naturais, constituindo-se uma opção para a obtenção de tecnologia, redes de distribuição e marcas, caracterizando investimentos por motivação do tipo *Strategic Asset Seeking* (orientado para buscar ativos estratégicos) e *Market Seeking* (orientado para explorar o mercado interno).

Do ponto de vista da distribuição geográfica do IDE chinês até 2006, mais de 5.000 investidores chineses no mundo, realizaram aproximadamente 10.000 projetos, envolvendo mais de 170 países. Embora este grande número de países pareça indicar variedade de localização dos investimentos, os fluxos estão fortemente concentrados em alguns países. Entre 2003 e 2006, mais de 80% dos investimentos externos foram realizados em Hong Kong em paraísos fiscais como Ilhas Virgens e Ilhas Cayman, usadas para a constituição de empresas *holdings* e também investimentos financeiros. De forma mais detalhada observa-se algumas tendências e características dos investimentos chineses[11]:

- Ásia e Oriente Médio são os principais hospedeiros de investimentos chineses, recebendo aproximadamente 60% do volume destes. Isto é atribuído às históricas relações existentes entre os países e a disponibilidade de petróleo no Oriente Médio e algumas regiões da Ásia.
- Na Ásia, boa parte dos investimentos chineses se dirige aos países que compõe a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN[12]) (entre 20% e 30%). Nestes países a China tem investido nos setores de *commodities* e recursos naturais, como borracha, óleo de palma, petróleo, gás e *agrobusiness* na Tailândia, Camboja, Malásia, Indonésia, Filipinas, Vietnã e Cingapura.
- A China é o maior investidor no Golfo. Os investimentos se concentram na área de petróleo e gás.
- No sul da Ásia os investimentos se concentram no Paquistão. A China está investindo 80% do capital (€ 250 milhões) e tecnologia para a construção do terceiro porto em águas profundas. Também está investindo na Zona Econômica de Haier onde serão montados produtos eletrônicos. Da mesma forma, está em andamento os planos para a construção de uma estrada de ferro, como rota alternativa para o Estreito de Malaca.
- Na América Latina o interesse primordial tem sido o acesso aos recursos naturais (petróleo, cobre e ferro), além do aumento do mercado para os produtos chineses. No momento existe espaço real para o crescimento das relações econômicas entre América Latina e China, que atualmente têm evoluído lentamente, pois estariam sendo emperradas pelo modelo que as empresas chinesas gostam de usar no exterior, especialmente no setor de construção. Na África, por exemplo, os grupos chineses freqüentemente levam sua mão-de-obra para trabalhar em alguns projetos, um esquema que seria difícil de ser replicado na América Latina. Acrescente-se o aumento da presença de produtos chineses no mercado nacional que tem gerado tensões a partir do empresariado local. O grande número de ações *antidumping* propostas contra a China, evidencia em parte esta hostilidade[13] .

- Os investimentos chineses na África estão aumentando significativamente nos últimos anos, como veremos a seguir. A África superou os Estados Unidos, tornando-se o terceiro maior receptor de investimentos chineses. Neste continente os investimentos se concentram na exploração de petróleo, mineração e infra-estrutura (a seguir, exploraremos de forma um pouco mais detalhada o relacionamento sino-africano).

O investimento direto chinês na África merece algumas considerações, pois tem apresentado grande crescimento nos últimos anos. De acordo com números da OCDE, na segunda metade da década de 1990 este investimento era estimado em US$ 107 milhões por ano e no período 2003-2006 o investimento anual médio havia mais que triplicado, alcançando US$ 2,6 bilhões.

Apesar deste grande crescimento, a China ainda é um dos menores investidores estrangeiros no continente africano, sendo responsável, em 2006, por menos de 1% do estoque de investimentos estrangeiros no continente. Segundo a UNCTAD, os principais detentores de investimento estrangeiro na África, em termos de estoque são o Reino Unido, os Estados Unidos e França, respectivamente com 16,6%, 9,2% e 7,7% do total de investimentos estrangeiros.

No entanto, apesar desta baixa participação, há uma expectativa de que esta aumente gradativamente nos próximos anos. Além disso, a China é o principal país em desenvolvimento a investir na África, e entre os países asiáticos a China ultrapassa o Japão e a Coréia em investimentos no continente.

As características dos investimentos chineses na África mostram que existem aproximadamente 800 empresas instaladas e que destas 100 são estatais, responsáveis pelos maiores investimentos, especialmente na área de exploração de recursos naturais. As empresas privadas geralmente atuam nos setores de serviços e manufatura com investimentos menores[14].

Grandes projetos de infra-estrutura também estão sendo construídos pelos chineses. Estes projetos têm como objetivo facilitar a atuação das próprias empresas chinesas, tanto as instalada no continente, como as sediada na China, mas que exportam pra África. Geograficamente os investimentos chineses estão espalhados pelo território africano, totalizando 48 países. Os cinco países com maior estoque de investimento chinês eram Argélia, Nigéria, África do Sul, Sudão e Zâmbia. A China também tem investido em países onde há abuso contra os direitos humanos, corrupção e regimes repressivos, onde outros países têm evitado investir ou até mesmo se retirado nos últimos anos[15].

Box 3: O Relacionamento Estratégico da China com a África

O crescente interesse da China em relação à instalação de investimentos produtivos na África está relacionado ao aumento da demanda por recursos energéticos e naturais na China e a abundância desses recursos no continente africano pode explicar, em parte, o interesse chinês pelo continente. No entanto, motivações de ordem geopolítica também devem ser incorporadas à análise, exemplificando uma nova motivação para os investimentos chineses no exterior. Como já mencionado, esta possibilidade também tem sido aventada para entender a expansão dos investimentos chineses na América Latina.

Nos anos 50, sob a ordem bipolar estabelecida após a segunda guerra mundial, o objetivo da China era ampliar o número de seus aliados. Quando na década de 60 as relações do país com a

URSS foram abaladas, mais clara ficou esta estratégia, quando a China declarou sua luta "contra a hegemonia das superpotências". Neste período, o governo chinês passou a apoiar uma série de movimentos de libertação em muitos países africanos e uma série de contatos e conferências fortaleceram as relações entre a china e vários países do continente. Em 1950, Pequim mantinha relações diplomáticas com cinco países africanos. No final da década de 60, este número havia subido para 19.

Este estreitamento de relações com a África tinha objetivos muito claros, de acordo com Amauri Porto de Oliveira (2007): barrar o estabelecimento de relações diplomáticas com Taiwan e ir acumulando apoios na Assembléia Geral da ONU. Quando em 1971 a Assembléia Geral retirou de Taipé a representação na ONU, em favor de Pequim, um terço dos votos foram dados por países africanos.

Na década de 70, o relacionamento sino-africano foi marcado por ambigüidades: por um lado seguia a China apoiando e até armando movimentos de libertação nacional, como os territórios sob colonização portuguesa. Por outro lado, ajudava abertamente ações da França ou dos EUA, desde que tendessem a neutralizar ou frear a penetração soviética na África. Apesar disso, a China continuou a ampliar sua presença diplomática na África, no final da década, 44 países africanos mantinham relações formais com a China.

Nos anos 80 e 90, a África saiu do foco da política internacional chinesa. Somente nos anos mais recentes, especialmente a partir do ano 2000 é que se intensificou novamente o relacionamento político entre a China e o continente. Este ano é emblemático porque foi quando foi realizado o primeiro "*Sumit of the Forum on China Africa Co-operation*" (FOCAC), que lançou as bases da cooperação atual existente entre China e África. Em novembro de 2006 aconteceu o terceiro destes encontros no qual foi lançado um pacote de ajuda à África e estabelecido uma série de objetivos que deram origem ao "*Beijing Action Plan (2007-2009)*".
Algumas das ações propostas[16] incluíam o lançamento de uma linha de crédito preferencial de 5 US$ bilhões, o estabelecimento de um fundo também no valor de US$ 5 bilhões para apoiar os investimento chineses no continente, o compromisso de abertura do mercado chinês às exportações africanas, uma série de projetos de infra-estrutura, o cancelamento de débitos oficiais de algum países com a China, e o estabelecimento de três a cinco zonas de cooperação na África.

Fonte: Oliveira (2007)

Como os instrumentos de trabalho com a África são a diplomacia, a ajuda técnica e financeira e o comércio, e o lema do governo chinês é a não interferência nos assuntos internos dos países[17], a China se exime da responsabilidade ao lidar com governos onde os conflitos internos e as conseqüentes violações aos direitos humanos são observadas[18].

O relacionamento estabelecido na África mostra que este vai além dos interesses comerciais chineses. À abundância de recursos naturais e às grande possibilidades de construção de infra-estrutura e às oportunidades ligadas ao mercado consumidor africano, se aliam aos interesses geopolíticos da China. Embora a África não seja a prioridade número um da diplomacia chinesa, o continente africano exerceu desde o início forte atração sobre os governantes da RPC, como fonte de matérias-primas e mercado para exportações, além de arena de trabalho político[19].

4. O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS CHINESAS E PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICAS

O processo de internacionalização das empresas chinesas compreendeu cinco fases. No início, entre 1979 – 1983, a necessidade era de assegurar suprimentos de matéria prima para a indústria de transformação, sendo a principal motivação encontrada pelo governo chinês para incentivar suas empresas.

Neste período não havia regularização quanto à internacionalização de empresas chinesas. As empresas estatais eram praticamente as únicas a investir no exterior e cada proposta era analisada individualmente pelo Conselho de Estado[20], que era a única autoridade responsável pela aprovação dos projetos.

A partir de meados dos oitenta até início dos 1990, o governo chinês passou a permitir que empresas privadas buscassem autorização para estabelecer subsidiárias em outros países, ocorrendo também um movimento no sentido de uniformizar os procedimentos para autorização, com o lançamento de algumas regras e procedimentos a serem seguidos por empresas que quisessem investir no exterior. Alguns casos de internacionalização de empresas chinesas neste período ocorreram num movimento de ida e volta (*round-triping*)[21] em que as empresas se instalavam nos Estados Unidos ou Ilhas Virgens e depois voltavam pra China com o *status* de empresas estrangeiras e assim receber as mesmas vantagens oferecidas a estas, como taxas de juros mais baixas[22].

Entre 1993 e 1998 houve um relativo retrocesso no movimento de maior liberalização de investimentos realizados no exterior, esboçado no período anterior. Isso ocorreu em conseqüência de perdas ocorridas em aplicações no setor imobiliário de Hong Kong e também com especulação no mercado de ações. Assim foram tomadas medidas no sentido de garantir a prioridade para os investimentos produtivos e não meramente especulativos. Com este propósito foram criadas agências que examinariam os projetos de investimentos maiores que US$ 1 milhão, antes que eles fossem submetidos ao Ministério do Comércio Exterior e Cooperação Econômica (MOFTEC). O MOFTEC também lançou novos regulamentos e requisitos a serem seguidos por empresas que desejassem investir no exterior.

Do final dos anos 1990 até 2002, houve um processo mais efetivo de incentivo à internacionalização das empresas chinesas, com o lançamento do documento *"Suggestions on Encouraging Enterprises to Develop Overseas Business in Processing and Assembling the Supplied Materials"*, que deixava claro a priorização por investimentos produtivos. O Conselho de Estado também começou a fornecer assistência técnica e financeira às empresas que usassem em seu processo produtivo matéria prima e maquinaria chinesa. Alguns setores como têxteis, maquinaria e material elétrico, foram especialmente encorajados a se internacionalizar.

Daquele período até o momento atual as diretrizes para a internacionalização das empresas chinesas são dadas pelas decisões tomadas no 16º Congresso do Partido Comunista, pelo programa *"Go Global"* com o objetivo de aumentar os investimentos chineses no exterior pela facilitação de procedimentos para esse fim. Neste sentido, um documento emblemático foi lançado em 2004: "*Decision of the State Council on Reforming the Investment System"*[23], indicando a mudança de postura do governo chinês em relação aos investimentos externos. Este documento traz como objetivos, por exemplo, a reformulação do sistema de exame e aprovação de projetos, para assegurar o direito das empresas em fazer as suas próprias decisões de investimento, ampliar os canais de financiamento a projetos de internacionalização, simplificar e regulamentar os procedimentos para o exame e aprovação dos projetos de investimento, etc.

Uma breve análise de apenas alguns dos objetivos elencados neste documento, como os resumidos acima, permite claramente identificar esse novo posicionamento do governo chinês frente à internacionalização de suas empresas domésticas. Os desdobramentos das orientações gerais colocadas neste documento serão tratados nos itens seguintes.

4.1. Controle de capitais, formação do Fundo Soberano e a Internacionalização das Empresas Chinesas

Deve-se ressaltar que até o final da década de 90, os investimentos chineses no exterior eram fortemente restringidos pela SAFE (*State Administration of Forein Exchange*), com o objetivo de conservar as reservas cambiais do país. No entanto, o controle de capitais exercido pelo SAFE, tem sofrido significativas transformações nos últimos anos, especialmente a partir do momento em que as reservas chinesas aumentaram vertiginosamente, como pode ser observado no Gráfico 2 (Anexo II).

Com o aumento das reservas, em 1999 houve uma primeira tentativa de liberalização de projetos de processamento ou montagem de produtos no exterior. Neste caso os investimentos deveriam ser em mercadorias e equipamentos e não em dinheiro, sendo permitido o uso de carta de crédito sem o uso de depósito caução. Havia a necessidade, no entanto, de se remeter os lucros diretamente para China. Em 2002, o SAFE liberou os investimentos estrangeiros a partir de 14 localidades chinesas. A partir deste ano, a obrigatoriedade de se remeter lucros imediatamente à China, cessou pelo menos para as empresas baseadas nestes 14 locais. Os investidores, portanto, poderiam reinvestir seus lucros no exterior. Em 2005, as unidades descentralizadas do SAFE também foram autorizados a liberalizar os investimentos que envolvessem montantes de até U$10 milhões. Neste mesmo ano, as vantagens restritas à apenas às 14 localidades foram estendidas pra todo o país.

Em 2006 uma circular foi lançada pela SAFE[24] com o objetivo de detalhar os procedimentos relativos ao controle de capitais.

O aumento das reservas chinesas também permitiu a formação de um grande fundo soberano no país que tem impactos importantes no investimento chinês no exterior. Esses fundos soberanos são criados com reservas dos países, mas são geridos separadamente destas reservas. É uma modalidade de investimento utilizada, na maioria das vezes, para adquirir participações em empresas estrangeiras, com objetivos financeiros e estratégicos. São investimentos de maior risco e retorno. Segundo a UNCTAD, entre os maiores fundos soberanos destacam-se o de Dubai, Noruega, Qatar, Cingapura e China. Atualmente existem mais de 40 fundos totalizando um aporte de mais de US$ 3 trilhões.

Os fundos soberados não são um fenômeno novo no cenário mundial, existindo desde a década de 50, principalmente em países exportadores de recursos naturais, especialmente petróleo. No entanto, anteriormente, eles se limitavam a adquirir títulos de dívida dos países desenvolvidos e atualmente investem grande parte dos recursos para opções mais rentáveis, como a compra de imóveis, ouro e ações de grandes companhias.

O fundo chinês foi criado em 2007 com aporte de 200 bilhões de dólares e tem agido de forma bastante agressiva na compra de vários ativos. Por exemplo, em 2007, foram usados 3 bilhões de dólares do fundo para comprar quase 10% das ações do fundo de *Private Equity Blackstone*, um dos mais agressivos dos Estados Unidos, dono de companhias como a rede de hotéis Hilton e a *Deutsche Telekom*. Para alguns analistas,

esta grande investida chinesa via fundo soberano não tem motivação apenas financeira, mas também apresenta uma orientação estratégica com o aumento da participação chinesa em companhias ocidentais[25].

4.2. Política de Incentivos a Internacionalização e Simplificação de Procedimentos

Consoante com o objetivo de incentivar os investimentos externos, o governo chinês tem implementado uma série de medidas para facilitar a saída dos investidores domésticos, seja promovendo mudanças nos procedimentos administrativos seja financiando ou orientando os investidores. Além disso, o governo chinês também busca influenciar ou facilitar o investimento atuando do lado do país que recebe o investimento, seja através da celebração de contratos bilaterais que buscam estabelecer algum comprometimento ou ajuste no país que irá hospedar o investimento chinês, seja através do fortalecimento das relações diplomáticas com outros países.

Com relação a simplificação dos procedimentos de análise a aprovação de projetos, a regulação dos investimentos diretos estrangeiros chineses ainda está num processo de formação e adequação à situação atual. Além do Conselho de Estado, três outras agências exercem controle sobre a internacionalização das empresas chinesas: o NDRC (*National Development and Reform Commission*), MOFCOM (Ministry of Commerce of the People's Republic of China – antigo MOFTEC) e o SAFE[26]. No entanto, *"These three institutions are locked in a constant battle to retain and grow their influence, opposing any efforts to consolidate the ODI regulation regime in the People's Republic"* (Mulcahy, 2007: 3).

Apesar desta disputa, nos últimos anos estes três órgãos têm buscado soluções para facilitar os procedimentos e a aprovação dos investimentos chineses no exterior. A partir de outubro de 2004, dois documentos foram lançados com o objetivo de simplificar estes procedimentos. O primeiro foi o *"Interim Measures for the Approval of the Overseas Investment Projects"* lançado pelo *"National Development and Reform Commssion of China*" e o segundo foi o *"Provisions on the Examination and Approval of Investment to Run Enterprises Abroad"*, lançado pelo MOFCOM.

Dentre as mudanças alcançadas, três podem ser consideradas as principais. A primeira foi a descentralização dos procedimentos de aprovação. A partir do lançamento destes documentos as autoridades locais poderiam também aprovar investimentos no valor de até US$ 30 milhões (anteriormente este teto era de apenas US$ 1 milhão). Além disso, houve uma simplificação dos procedimentos burocráticos. Anteriormente o projeto de investimento deveria ser acompanhado de um relatório de viabilidade técnica e econômico-financeira. A partir de então, somente um requerimento, disponível na internet passou a ser exigido para dar entrada na autorização de investir no exterior. Outros documentos e regulamentos também passaram a ser disponibilizados via internet.

4.2.1. Incentivos Fiscais e Financeiros

Os projetos de investimento externo chineses podem ser elencados de acordo com a sua prioridade. No grupo de investimentos preferenciais destacam-se:

1. Projetos que cobrem a falta de recursos domésticos

2. Projetos industriais e de infra-estrutura que podem estimular a exportação doméstica, a geração de empregos e de tecnologia.
3. Projetos de pesquisa e desenvolvimento.
4. Projetos de fusões e aquisições que vão aumentar a competitividade de empresas chinesas no mercado externo e ajudarão no desenvolvimento de mercados internacionais.

Estes projetos contam com amplo apoio financeiro do governo chinês através de linhas de crédito com taxas de juros abaixo das praticadas no mercado[27]. Dois bancos públicos destacam no financiamento subsidiado, embora outros bancos públicos também forneçam crédito aos investimentos externos: o *China Development Bank* (CDB) e o *China Export and Import Bank (Exim Bank*).

Dentre estes dois bancos, o *Exim Bank* tem tido um papel ainda mais importante. A partir de 2004 o NDCR firmou um acordo com o banco em que nos projetos de investimento externo, as taxas de juros acordadas deveriam sofrer um desconto de no mínimo 2%, em relação às taxa correntes, além de oferecer outras facilidades no financiamento do investimento. A diferença entre a taxa de mercado e a taxa subsidiada seria coberta pelo Ministério das Finanças da China.

Além do financiamento público subsidiado, o relatório da OECD (2008), também cita a existência de fundos especiais, criados no país com o objetivo de incentivar os investimentos chineses no exterior. Estes fundos proveriam empréstimos favorecidos e subsídios diretos aos investidores.

4.2.2. Fornecimento de informações e orientações e outras formas de apoio

O MOFCOM também tem buscado orientar os investidores. Em 2004, lançou um guia para as empresas que pretendessem investir no exterior[28] envolvendo 67 países, identificando uma série de setores promissores nestes países, destacando principalmente os setores de agricultura, mineração, indústria e serviços[29]. Além disso, o governo mantém um banco de dados sobre as condições de investimento em vários países que pode ser consultado pelos empresários. Estas informações vão desde àquelas relacionadas ao ambiente de negócios no país até questões ligadas a cultura e política.

O governo chinês também está preocupado com a competitividade das empresas domésticas no mercado externo, na medida em que, de acordo com um relatório de 2005, aproximadamente 70% das fusões envolvendo empresas chinesas resultaram em queda no preço das ações. Outros dados indicam que aproximadamente 30% dos investimentos externos no exterior tiveram perdas, 40% quebraram e apenas 30% se mostraram lucrativos.

Na tentativa de aumentar a competitividade de suas empresas, o governo chinês criou o *Council Research and Development Centre* e a *China's Academy of Social Sciences*, além de outras instituições voltadas para o estudo de questões relacionadas à competitividade e à política industrial.

O governo chinês também encoraja as empresas a investirem coletivamente nos mesmos parques industriais ou Zonas de Processamento de Exportações, para isso tem construído estes espaços no Vietnã, Camboja, Paquistão e Rússia[30].

4.2.3. Acordos Internacionais

Finalmente devemos acrescentar o papel dos acordos internacionais (*International Investment Agreements - IIA*) na internacioanalização das empresas chinesas. Esses tratados geralmente possuem alguma cláusula relacionada à promoção de investimentos e à proteção jurídica de investimentos e investidores estrangeiros[31].

Embora, de uma forma geral, estes acordos ainda apresentam um potencial limitado para a alavancagem de novos investimentos, estes tem sido utilizados crescentemente pela China como um instrumento adicional para incentivar o processo de internacionalização de suas empresas. Abaixo selecionamos alguns trechos de contratos que tem a China como uma das partes interessadas, de forma a exemplificar de que forma este assunto é abordado.

O acordo bilateral ente China e Kuwait determina as áreas onde os investimentos serão mais benéficos para os dois países:

> *"Article 2*
> *Promotion and Protection of Investments*
> *[…]*
> *The Contracting States shall periodically consult between themselves concerning investment opportunities within e territory and maritime zones of each other in various sectors of the economy to determine where investments from one Contracting State into the other may be most beneficial in the interest of both Contracting States, and accord them appropriate facilities, incentives and other forms of encouragement to such an extent and on such terms and conditions as shall, from time to time, be determined by agreement between the Contracting States here to.*

Neste mesmo acordo, também foi previsto a possibilidade de obtenção de isenções fiscais para os investimentos externos realizados entre os dois países:

> *With respect to Article 2: Investors of either Contracting State shall be entitled to apply to the competent authorities in the host State for the appropriate facilities, incentives and other forms of encouragement (including inter alia, tax relief) to such an extent and on such terms and conditions as shall, from time to time, be determined by the law send regulations of the host State or by agreement between the Contracting States thereto as the case may be.*

O acordo entre China e Coréia prevê a ocorrência de reuniões periódicas entre os dois países para o estabelecimento de recomendações específicas para a recepção de investimentos estrangeiros procedentes dos dois países:

> *Article 14*
> *In order to facilitate the implementation of the present Agreement, the Contracting Parties agree to set up a Joint Committee composed of the representatives of the Contracting Parties. 2. The functions of the Joint Committee shall include, in particular: (a) reviewing the implementation of the Agreement and the matters related to investment between the two States;*
> *(b) holding consultations on the operation and the matters related to the operation of the present Agreement in connection with the development of legal systems or of policies of either or both of the two States with respect to the receiving of foreign investment;*

(c) making appropriate recommendations to the Governments of both States.
The Joint Committee shall meet alternately in Seoul and Beijing at the request of either Contracting Party.

O acordo entre China e Costa do Marfim estabelece que ambos os países devem promover encontros para discutir a promoção de investimentos:

Article 13
Consultations
The representatives of the Contracting Parties shall hold meetings from time to time for the purpose of:
(a) reviewing the implementation of this Agreement;
(b) exchanging legal information and investment opportunities;
(c) resolving disputes arising out of investments;
(d) forwarding proposals on promotion of investment;
(e) studying other issues in connection with investment.

Devemos chamar a atenção, assim como a UNCTAD, para o fato de que nove dos 14 tratados bilaterais internacionais, assinados pela China, envolviam países africanos: Benim, Djibout, Guiné Equatorial, Guiné, Madagascar, Namíbia, Ilhas Seicheles, Tunísia e Uganda, demonstrando um grande relacionamento com a África. Talvez as condições políticas mais instáveis daquele continente expliquem a necessidade de se estabelecer contratos mais formalizados que apresentem uma garantia mínima aos chineses.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais sobre o processo de internacionalização das empresas chinesas devem ser levantados os seguintes pontos:

1. A existência de um consenso de que é preciso internacionalizar as empresas, dados seus efeitos multiplicadores e encadeadores desse processo sobre a economia (escala de produção, competitividade, remessas de juros e dividendos para o país, etc.)

2. A existência de estratégias de expansão produtiva em função dos objetivos da política industrial do país juntamente com a preocupação com a viabilidade do balanço de pagamentos, sem a qual toda política de modernização em países de moeda não conversível tende a perder força.

3. O papel das políticas governamentais de apoio a internacionalização quando pensadas de maneira coordenada (o que não significa ausência de conflitos). Nessa direção, a institucionalidade montada para apoiar as iniciativas é fundamental.

4. O papel dos bancos, principalmente os bancos de fomento na canalização do crédito, não apenas em termos de volume, mas de adequação ao perfil setorial e ao espaço de destino dos investimentos (a ser aprofundado no nosso estudo).

5. A percepção de que o jogo da riqueza é global e portanto, a internacionalização das empresa tem um papel importante no redesenho da produção mundial e no posicionamento político do país no cenário mundial.

Em termos mais específicos, pode-se sublinhar que:

6. As principais empresas chinesas que investem no exterior já possuem um volume de ativos e de vendas no exterior significativos, entretanto a geração de empregos ainda não foi transferida para o exterior no mesmo ritmo, ou seja, a força de trabalho dessas empresas ainda se concentra na própria China.

7. Do ponto de vista da distribuição geográfica grande parte dos investimentos chineses dirigem-se para Ásia e Oriente Médio, pelo fato de serem regiões de maior dinamismo.

8. No âmbito das políticas de apoio a internacionalização, as ações parecem complementares, o que pode ser inferido pela convergência das políticas de financiamento, incentivos fiscais e financeiros, fornecimento de informações e orientação às empresas, e a realização de acordos internacionais para áreas prioritárias.

Notas

[1] Para uma crítica ver Moraes et. all. (2007).

[2] Dados referentes ao relatório da UNCTAD (2008)

[3] Ver Acioly (2004).

[4] Ver sobre este ponto Gammeltoft (2007).

[5] Ver OCDE (2008)

[6] Em comparação aos investimentos recebidos esse s valores são ainda baixos uma vez que a China é absorvedora líquida de Investimentos do mundo.

[7] Todas as informações sobre essas empresas foram retiradas de seus sites oficiais, dos documentos do governo chinês e da Enciclopédia Digital Wikipédia. As devidas referencias estão disponíveis na bibliografia deste documento.

[8] Em termos comparativos, o processo de internacionalização das corporações chinesas foi impressionante. No ano de 2002, na mesma classificação da UNCTAD, não existia nenhuma empresa da China entre as 50 maiores empresas transnacionais dos países em desenvolvimento, portanto num período de quatro anos, o país, a partir de uma política agressiva de penetração em novos mercados, conseguiu colocar cinco empresas entre as 30 maiores corporações multinacionais dos países em desenvolvimento.

[9] Ver a Tabela 5 no ANEXO I.

[10] Para uma análise ver OCDE (2008)

[11] Uma análise mais detalhada do tema pode ser encontrada em Yang e Teng (2007)

[12] O grupo do ASEAN-10 é composto pelos seguintes países: Brunei, Cambódia, Cingapura, Indonésia, Laos, Malásia, Myamar, Filipinas, Tailândia e Vietnam.

[13]Ver: http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/fintimes/2007/12/21/ult579u2329.jhtm

[14] Ver OCDE (2008).

[15] "The Chinese government has, for example, supported some investments in such troubled countries as Angola, Sudan and Zimbabwe. When Angola ended a 27-year civil war in 2002, China offered a USD 2 billion oil-backed credit line for financing the country's reconstruction efforts in March 200480 in spite of the long-criticised mismanagement of oil revenues by the Angolan government. In return for the credit offer, Sinopec succeeded in winning a 50% stake in Offshore Block 18 from Sonangol, the Angolan state oil company. In March 2006, Sinopec and Angolan state-owned Sonangol formed a joint-venture, Sonangol-Sinopec International, to develop a new refinery at Lobito with an estimated investment cost of USD 3 billion. Since the late 1990s China has aggressively cultivated its oil relationship with Sudan while other countries withdrew due to the Darfur crisis and Sudan's poor record of public spending practices.82 By end-2006, China had OFDI stock of nearly USD 0.5 billion in Sudan, including CNPC's 45% stake in the Greater Nile Petroleum Operating Company. CNPC also invested in the country's largest oil refinery in collaboration with the Energy Ministry, and owns many fields in the southern Darfur. In Zimbabwe, China has signed na energy and mining deal worth USD 1.3 billion while other companies have been discouraged by the country's unpalatable human rights record" (OECD: 2008: 109).

[16] O acordo completo pode ser encontrado em http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zyzl/hywj/t280369.htm

[17] De acordo com o embaixador chinês Yang Xiao Gan: "China never imposes its own will on African countries, nor interferes in the domestic affairs of África countries" http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7086777.stm)

[18] "A insistência de Pequim em que a China não impõe condicionamentos na cooperação com países amigos deixa de funcionar quando aparece o problema de Taiwan. Os chineses invocam aí, a seu favor, o princípio da não interferência nos assuntos internos do parceiro. Em 1997, Pequim cortou de chofre as relações com o Chad, após ter esse reconhecido Taipé, em troca de um empréstimo de 125 milhões de dólares" (Oliveira, 2007: 9).

[19] Para uma análise ver Oliveira (2007).

[20] O Conselho é o principal órgão executivo do Estado chinês. É composto pelo Primeiro Ministro e Vices, conselheiros de Estado, vários ministros, auditor geral e secretário geral (Mulcahy, 2007).

[21] Voltaremos a este assunto adiante.

[22] Sobre esta questão ver Yang e Teng (2007).

[23] O documento completo pode ser encontrado em:
http://en.ndrc.gov.cn/policyrelease/t20060207_58851.htm.

[24] *"Circular on Revision of Certain Foreign Policies Relating to Overseas Investment"*.

[25] Referente a reportagem da Revista EXAME de novembro de 2007.

[26] Ver Mulcahy (2007).

[27] Esta constatação está baseada nas observações da OCDE (2008).

[28] *Guidelines for Investments in Overseas Countries' Industries nº 1*.

[29] O documento completo pode ser encontrado em www.china.org.cn.

[30] Sobre este ponto ver Yang e Teng (2007).

[31] Esta questão está detalhada no relatório da UNCTAD (2008)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e Artigos:

ACIOLY, L. (2004). Brasil, China e Índia: O Investimento Direto Externo nos anos 90. *Tese de Doutoramento*, IE: UNICAMP. Campinas, São Paulo.

Censo de Capitais Brasileiros no Exterior 2001 a 2006.

GAMMELTOFT, P. (2007). *Emerging Multinationals: Outward FDI from the BRICS Countries*. Copenhagen Business School. Disponível em http://www.inderscience.com/search/index.php?action=record&rec_id=16184&prevQuery=&ps=10&m=or (acesso em 01-04-2009). http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zyzl/hywj/t280369.htm

MORAES, W. A. ET. ALL. (2006). *Teorias de internacionalização e aplicação em países emergentes: uma análise crítica.* Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM, São Paulo, v. 1, n.1, p. 203-220;

MULCAHY, N. (2007). *Chinese Regulation of Outward Direct Investment. Memorandum.* Arnall Golden Gregory LLP, 18 September. National of Statistics of China;

OECD (2008) *Investment Policy Reviews*. China. 2008.

OLIVEIRA, A. P. (2007). A Política Africana da China. (Disponível em http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/674760.pdf) Acesso em 25-03-2009.

UNCTAD (2008). *World Investment Report.* Genebra: ONU.

YANG, M. E TENG, S. (2007). *China Overseas Direct Investment. EAI Background Brief n. 340*. Singapore: East Asian Institute. National University of Singapore;

Sites:

http://www.cnpc.com.cn/eng

http://www.cosco.com.br/br/subsidiarias.shtml

http://www.fdi.gov.cn/

http://en.wikipedia.org/wiki/China_State_Construction_Engineering_Corp

http://www.citiccapital.com/company.html

http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zyzl/hywj/t280369.htm

---

* Texto baseado na pesquisa "internacionalização das empresas brasileiras" em andamento na Coordenação de Estudos das Relações Internacionais e do Desenvolvimento (CERID/DICOD/IPEA).

** Pesquisadora do IPEA na Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento (Dicod)

*** Bolsista do IPEA na Dicod, pós-doutoranda em Políticas Públicas e Governo pela EAESP-FGV.

**** Bolsista do IPEA na Dicod, mestrando em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP

ANEXO I

Tabela 1 – Taxa de crescimento médio do PIB no mundo e em países e regiões selecionadas (1980 – 2007)

	1980-89	1990-99	2000-07
Mundo	3,02	2,72	3,19
União Européia	2,28	2,18	2,09
EUA	3,10	3,13	2,52
Japão	3,71	1,50	1,74
China	9,75	9,99	10,11
Sul da Ásia	5,55	5,32	6,79
Leste Asiático e Pacífico	7,71	8,21	8,82
América Latina e Caribe	1,80	2,94	3,52

Fonte: World Bank database.

Tabela 2 - As maiores corporações transnacionais por países selecionados em 2006 (por ativos no exterior, em US$ mil)

Corporação	País	Setor	Ativos Estrangeiros	Ativos Totais
Samsung Eletronics CO., Ltd.	Coréia do Sul	Equipamentos elétricos e eletrônicos	27.011	87.111
Hyundai Motor Company	Coréia do Sul	Equipamentos elétricos e eletrônicos	19.581	76.064
Hutchison Whampoa Limited	China	Diversificado	70.679	87.146
CITIC Group	China	Diversificado	17.623	117.355
Cemex S.A.	México	Mineral não-metálico	24.411	29.749
América Móvil	México	Telecomunicação	8.701	29.473
Companhia Vale do Rio Doce	Brasil	Mineração	14.974	60.954
Petroleo Brasileiro S.A.-Petrobras	Brasil	Petrolífera	10.454	98.680

Fonte: UNCTAD, 2008

Tabela 3 – Investimento Direto Estrangeiro (IDE) da China nos últimos 25 anos (em US$ milhões e em %).

	1982-89 (média)	1990-2000 (média)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	453	2.195	6.885	2.518	2.855	5.498	12.261	21.160	22.469
% no IDE da Ásia em desenvolvimento	9,5	8,1	13,9	6,8	12,7	6,1	15,4	15	11,5
% no IDE dos PED	7,2	5,9	8,3	5,1	6,3	4,6	10,4	10	8,9

Fonte: UNCTAD database. Elaboração IPEA.

Tabela 4 – China: Maiores Corporações Transnacionais e suas posições dentro dos países em desenvolvimento (PED) em 2006 (por volume de ativos no exterior em US$ milhões e força de trabalho).

Ativos Estrangeiros	Ativos		Vendas		Emprego		Subsidiárias	
Corporação/ Rank	Exterior	% (Total)	Exterior	% (Total)	Exterior	% (Total)	Exterior	% (Total)
CITIC Group / 7	17623	15,02	2482	24,54	18305	17,05	12	10,71
COSCO Group / 13	10397	55,57	8777	55,77	4432	6,37	245	25,87
CSCEC Group / 19	6998	43,78	4483	24,17	25000	21,01	23	32,86
CNPC / 21	6374	3,56	3036	2,65	22000	1,88	5	7,69
Sinochem Co. / 26	5326	59,86	19374	82,11	220	1,05	31	19,25

Fonte: UNCTAD, 2008. Elaboração IPEA.

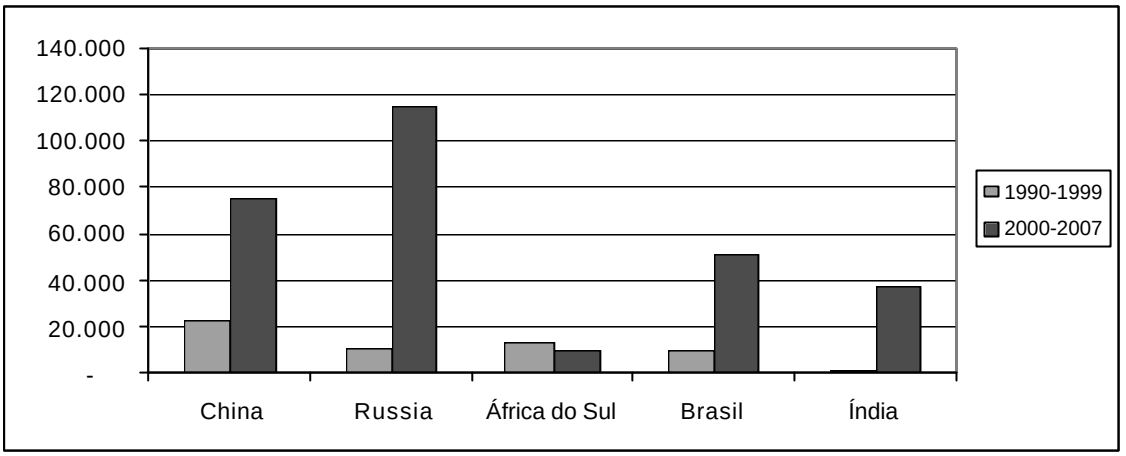
Tabela 5 – China: Distribuição Setorial dos Fluxos de IDE Realizados entre 2003 e 2006 (US$ milhões)

Setores	203	2004	2005	2006
Setor Primário	**1.460 (51,1%)**	**2.089 (38,0%)**	**1.781 (14,6%)**	**8.725 (49,5%)**
Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pesca1	80 (2,8%)	289 (5,3%)	105 (0,9%)	185 (1,0%)
Mineração e Petróleo	1.380 (48,3%)	1.800 (32,7%)	1.675 (13,7%)	8.540 (48,4%)
Setor Secundário	**620 (21,7%)**	**756 (13,7%)**	**2.280 (18,6%)**	**907 (5,0%)**
Setor Terciário	**775 (27,1%)**	**2.654 (48,3%)**	**8.200 (66,9%)**	**8.003 (45,4%)**
Serv. Financeiros e Serv. Prestados a Empresas	280 (9,8%)	749 (13,6%)	4.942 (40,3%)	4.522 (25,6%)
Atacado e Varejo	360 (12,6%)	800 (14,5%)	2.260 (18,4%)	1.114 (6,3%)
Transporte e Armazenamento	80 (2,8%)	829 (15,1%)	577 (4,7%)	1.377 (7,8%)
Outros	55 (1,9%)	276 (5,0%)	422 (3,4%)	991 (5,6%)
Total	**2.854 (100%)**	**5.498 (100,0%)**	**12.261 (100,0%)**	**17.634 (100,0%)**

Fonte: OECD, 2008.

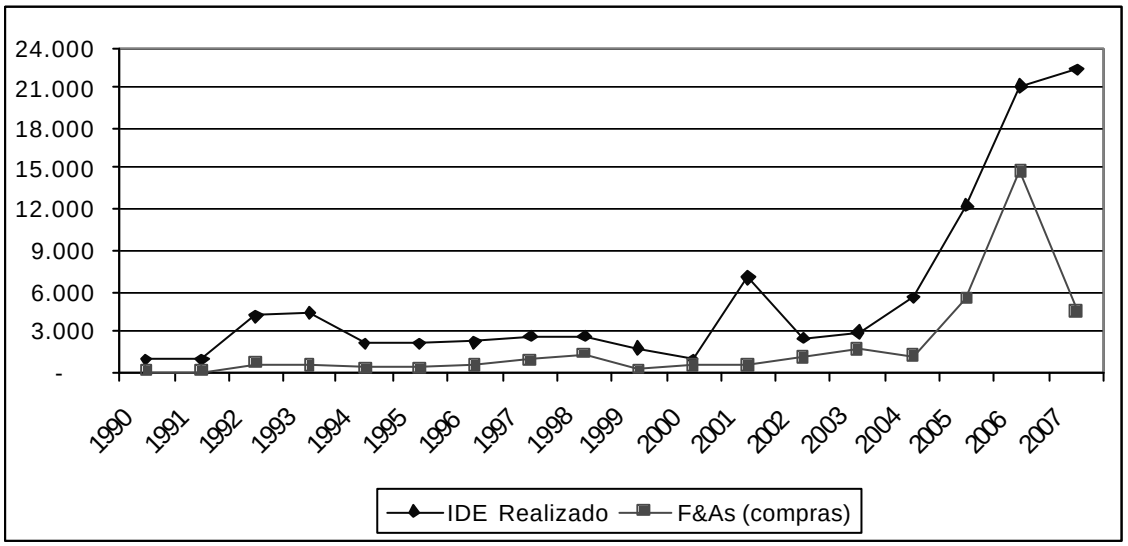
ANEXO II

Gráfico 1 – Fluxos de IDE realizados pelos países do BRIC e pela África do Sul nas últimas duas décadas (em US$ milhões)



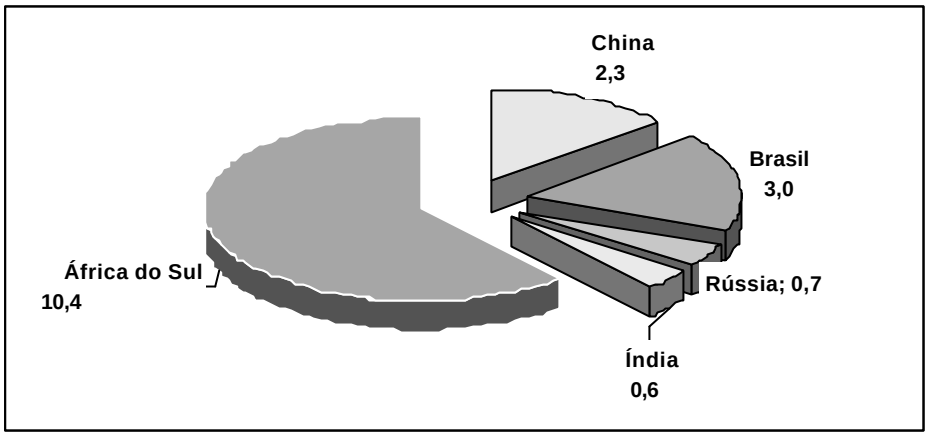
Fonte: UNCTAD database. Elaboração IPEA.

Gráfico 2 – China: evolução dos investimentos no exterior e das fusões e aquisições realizadas (compras)



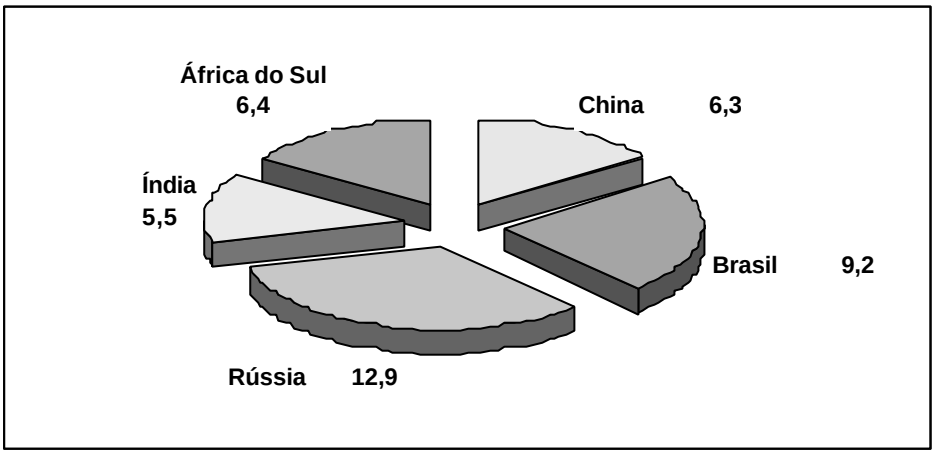
Fonte: UNCTAD database. Elaboração IPEA.

Gráfico 3: BRIC e África do Sul: Fusões e Aquisições 1990-2000 - Compras (em US$ milhões e %)



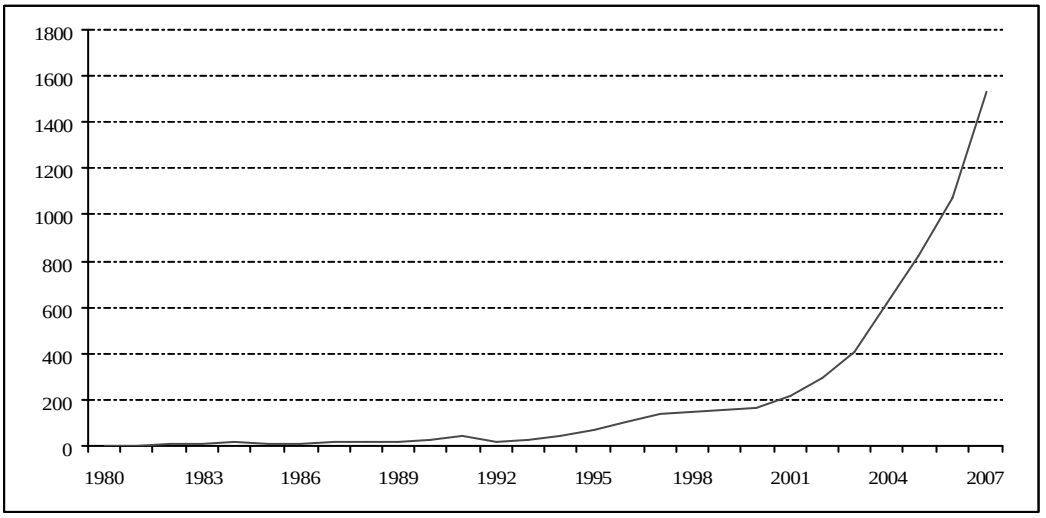
Fonte: UNCTAD database e VALOR Online. Elaboração IPEA .

Gráfico 4: BRIC e África do Sul: Fusões e Aquisições 2005-2007 - Compras (em US$ milhões e %)



Fonte: UNCTAD database e VALOR Online. Elaboração IPEA.

Gráfico 5: China: Total de Reservas Internacionais (1990-2007). Em US$ milhões



Fonte: UNCTAD database e VALOR Online. Elaboração IPEA.

Logotipo/slogan de governo removido em observancia ao disposto no art. 40 da Lei n 9.504/1997